



Nota de Abertura

E a voz dos alunos? É já uma realidade?

Muitos foram já os passos dados pelas e nas escolas para melhorar a qualidade da participação das crianças e dos jovens, reforçando o seu papel enquanto cidadãos de pleno direito e alicerces futuros de uma democracia sustentada, inclusiva e mais justa. Muitas escolas têm já os seus conselhos de delegados/alunos, assembleias e, algumas, até o diretor júnior. Contudo, as situações são variadas, tendo em conta que o processo é lento, inovador e precisa de reflexão, apropriação e muita participação para que se distinga de forma clara que “dar voz” não é igual a ouvir, escutar e tomar em conta na decisão.

Neste sentido, a Direção-Geral da Educação através da Direção de Serviços de Projetos Educativos procurou responder a esta questão, mobilizando o eixo da participação dos alunos no seu último périplo de Cidadania que percorreu o país entre os meses de abril e maio.

Esta experiência, única, permitiu ouvir jovens entre os 10 e os 18 anos, que partilharam com assembleias de professores, projetos desenvolvidos por sua iniciativa e, com maior relevância, as suas perspetivas sobre o que deve ser a sua participação no currículo, na cultura de escola e na comunidade, levantando questões, mas principalmente apontando caminhos para um maior envolvimento juvenil na construção do seu percurso educativo.

Entre vários comentários, destacam-se frases como *os professores deviam levar os alunos mais a sério e incluí-los em mais coisas*, ideia que perpassou muitos dos discursos juvenis, e que acabou por se traduzir, na maioria das ocasiões, na avaliação veiculada na sua participação em níveis muito baixos, de acordo com a escada de participação de Hart. ⁽¹⁾

Informados, consultados, mas raramente implicados nos processos de tomada de decisão, os jovens consideram que são subestimados, argumentando por diversas vezes que a extensão do currículo e a sobrecarga letiva não permitem uma ação regular que os torne coautores na produção de conhecimento.

Mencionam ainda que sentem alguma desumanização na relação pedagógica e no desenvolvimento curricular, referindo-se a alguma falta de diálogo, que acontece, por vezes, entre professores e alunos. Frases como *pouco diálogo entre professores e alunos sobre coisas mais humanas e somos vistos como algo e não como alguém* surgem em jeito de desabafo.

Os professores, por sua vez, entendem que nas suas escolas os alunos envolvem-se num nível mais elevado (partilhando decisões em conjunto) e mostram valorizar essa mesma participação, em especial ao nível da cultura de escola. Também estes apontam a extensão dos currículos como um fator inibidor de uma maior implicação dos alunos nos processos de ensino-aprendizagem, na vida da escola e nas relações estabelecidas com a comunidade.

Os docentes, quando numa palavra são convocados a definir participação, usam *colaboração, partilha, pensamento crítico, criatividade, coresponsabilidade, comunicação, compromisso, reflexão, tolerância*, entre outras expressões, concorrendo, sem diretamente o explicitarem, para as aprendizagens esperadas à saída da escolaridade obrigatória, em confluência com os princípios, valores e competências do Perfil dos Alunos. Quando convocados a referir o maior constrangimento do trabalho colaborativo, mencionam, de norte e sul do país, a palavra “tempo”.

Esta atividade permitiu confrontar perceções, discutir formas de participação ativa e, sobretudo, trazer para a escola a possibilidade de refletir criticamente sobre as suas práticas e sensibilizar para a importância da temática.

(¹) Escada da participação, de Roger Hart *In: Compass. Manual de Educação para os Direitos Humanos com jovens, 2016, p. 239*).